

RESUMO JURÍDICO PRECEDENTES TRABALHISTAS DO STF E TST

1. Introdução e Contextualização

O documento analisado apresenta uma compilação dos principais precedentes trabalhistas do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST). A sistematização desses precedentes tem o objetivo de proporcionar maior segurança jurídica, previsibilidade e estabilidade nas relações de trabalho, alinhando-se às diretrizes de pacificação jurisprudencial.

A relevância do material reside na sua capacidade de orientar a aplicação das normas trabalhistas, consolidando entendimento sobre temas fundamentais, como **adicionais salariais, alterações contratuais, negociação coletiva, estabilidade e terceirização.**

2. Principais Tópicos Jurisprudenciais

2.1. Adicionais (Insalubridade, Periculosidade e Risco)

- **Base de Cálculo do Adicional de Insalubridade:** O STF reafirmou que a vinculação ao salário mínimo é vedada, garantindo liberdade para a fixação por norma coletiva ou lei específica.
- **Adicional de Periculosidade para Motociclistas:** O TST consolidou o entendimento de que a periculosidade deve ser comprovada por laudo técnico.
- **Exposição a Raios-X e Equipamentos de Radiologia:** O TST fixou que apenas trabalhadores diretamente expostos têm direito ao adicional, excluindo aqueles que apenas transitam nas áreas de exposição.

2.2. Contrato de Trabalho e Flexibilização

- **Contrato Intermitente:** O STF declarou a constitucionalidade do contrato de trabalho intermitente, garantindo sua validade mesmo sem jornada fixa preestabelecida.
- **Redução Salarial e Suspensão de Contratos:** A MP 936/2020 permitiu acordos individuais para redução de salários e suspensão

temporária de contratos, sendo validada pelo STF, desde que haja comunicação ao sindicato.

- **Planos de Benefícios e Redução de Custos:** O TST reafirmou que a alteração das condições de planos de saúde deve observar os princípios da razoabilidade e da boa-fé negocial.

2.3. Negociação Coletiva e Flexibilização de Direitos

- **Prevalência do Negociado sobre o Legislado:** O STF validou a prevalência das normas coletivas que restringem direitos trabalhistas, desde que respeitados os direitos constitucionais fundamentais.
- **Limites da Negociação Coletiva:** As cláusulas que eliminam direitos sem contrapartidas foram consideradas nulas pelo TST, reforçando a necessidade de observação do equilíbrio entre as partes.

2.4. Terceirização e Responsabilidade empresarial

- **Terceirização Irrestrita:** O STF decidiu que é lícita a terceirização de qualquer atividade empresarial, incluindo a atividade-fim, afastando o entendimento anterior do TST.
- **Responsabilidade da Empresa Contratante:** O STF reafirmou que a responsabilidade da empresa tomadora de serviços é apenas subsidiária, salvo nos casos em que fique demonstrada culpa na fiscalização do contrato.
- **Responsabilidade na Administração Pública:** A Administração Pública não responde automaticamente pelo inadimplemento de obrigações trabalhistas por empresas terceirizadas.

3. Assuntos que serão objeto de Incidentes de Recursos Repetitivos

- **Adicional de insalubridade para operadores de telemarketing:** Definição sobre o uso de fones de ouvido e sua caracterização como atividade insalubre.
- **Direito ao adicional de periculosidade para trabalhadores expostos a radiação ionizante:** Discussão sobre os limites da aplicação do benefício para profissionais que transitam em áreas de exposição.
- **Cumulatividade dos adicionais de insalubridade e periculosidade:** Definição sobre a possibilidade de acumulação quando houver exposição a riscos distintos.
- **Crterios para concessão do adicional de insalubridade em atividades de limpeza:** Determinação da caracterização como atividade insalubre em locais de grande circulação.

- **Coparticipação em planos de saúde empresariais:** Análise da legalidade da imposição da coparticipação sem negociação coletiva prévia.
- **Reforma de benefícios concedidos por negociação coletiva:** Limites para revisão de vantagens trabalhistas pactuadas em convenções coletivas.

4. Avaliação Jurídica

A consolidação dos precedentes trabalhistas pelo STF e TST representa um **avanço na pacificação da jurisprudência**, promovendo maior segurança para as relações de trabalho.

Os temas analisados indicam uma **tendência de flexibilização das normas trabalhistas**, com **validação da terceirização e da negociação coletiva como instrumentos de autorregulação**, ao mesmo tempo em que reafirmam a necessidade de proteção mínima aos trabalhadores.

Para empresas, a jurisprudência recente reforça a possibilidade de **reestruturação dos modelos de contratação**, desde que observados os princípios de boa-fé e os limites impostos pelas decisões judiciais.

A correta interpretação desses precedentes é essencial para **evitar passivos trabalhistas** e **mitigar riscos de judicialização** das relações laborais.